

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO INSTITUCIONAL PIBID-UFRRJ PARA O AVANÇO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ivo Abraão Araújo da Silva ¹
Cristiane Cardoso ²

RESUMO

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem dedicado esforços na promoção do acesso, permanência e viabilidade pedagógica de pessoas com deficiência no ensino superior. Como resultado, estabeleceu, através da Deliberação Nº 112 – 12/06/2012, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Entretanto, além da implementação de políticas internas que proporcionem suporte formativo para os seus discentes, a UFRRJ tem consciência da necessidade de formar professores com habilidades na educação inclusiva para atuação na educação básica. Diante disso, criou cursos de graduação e pós-graduação em Educação Especial. Compreendendo os avanços na legislação e nas políticas públicas para a acessibilidade e inclusão na educação, é imprescindível que as licenciaturas contemplem aspectos da educação inclusiva em diferentes dimensões do seu repertório de demandas sociais. Nesse sentido, o PIBID representa um amplo repertório de atuação para ações no campo da Educação Especial e Inclusiva. O Projeto Institucional PIBID-UFRRJ (PIBID-UFRRJ) tem como um dos seus objetivos expandir os esforços pedagógicos em direção à educação inclusiva. Para isso, tem estimulado atividades de formação e sensibilização em torno das temáticas de inclusão e acessibilidade, considerando a complexidade das dimensões técnicas, culturais, políticas e sociais. O PIBID-UFRRJ possui um subprojeto de formação em Educação Especial e Inclusiva com 04 núcleos, que são importantes não só para a formação de futuros professores de educação inclusiva, como também para a realização de ações formativas transversais voltadas para as licenciaturas de outras áreas de conhecimento que integram o PIBID-UFRRJ. Como resultado desse caráter inclusivo, em 2024, pela primeira vez, a UFRRJ contemplou a reserva de vagas para deficientes em seu edital interno do PIBID, evidenciando avanços nas suas políticas direcionadas para a educação especial e inclusiva. O PIBID-UFRRJ tem se configurado como um espaço integrador e multidisciplinar no campo da educação inclusiva para formação inicial e continuada de professores, com a promoção de ações educacionais nas suas escolas-campo; além da oferta de cursos, oficinas, palestras e outros eventos que promovem a troca de saberes e o desenvolvimento e aplicação de práticas pedagógicas para a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Especial e Inclusiva, Acessibilidade, Formação Docente Inicial e Continuada.

¹ Coordenador Institucional do PIBID UFRRJ. Professor do Departamento de Botânica – Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - RJ, Campus Seropédica, ivoabraão@hotmail.com; CAPES.

² Coordenadora de Área de gestão de processos educacionais do PIBID UFRRJ. Professora do Departamento de Geografia - Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - RJ, Campus Nova Iguaçu, cristianecardoso1977@yahoo.com.br; CAPES.





INTRODUÇÃO

A trajetória das políticas de acessibilidade e inclusão na educação brasileira reflete um processo gradual de reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência e da importância da integração da diversidade no espaço escolar. Até a década de 1980, prevalecia um modelo assistencialista e de segregação, com instituições especializadas voltadas ao atendimento separado de estudantes com demandas especiais. A partir da Constituição Federal de 1988, que assegurou a educação como direito de todos (BRASIL, 1988), o Brasil iniciou um movimento em direção à política de inclusão, reforçado pela Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social, estabelecendo como crime a recusa, suspensão, adiamento, cancelamento ou extinção da matrícula de um estudante por causa de sua deficiência em qualquer nível de ensino, seja público ou privado.

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais reforçou, através da Declaração de Salamanca, contribuições para a política de educação inclusiva ao determinar que as escolas regulares garantam educação de qualidade para todos os alunos, independente das diferenças em suas demandas pedagógicas. Embora seja um documento internacional, o Brasil é signatário dessa Declaração, legitimada pela UNESCO.

Em consolidação das políticas nacionais de inclusão na educação, foram estabelecidas a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que impulsionou o Decreto Federal nº 6.949/09, aprovado com status de Emenda Constitucional.

Nas décadas seguintes, o avanço da legislação — com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) — ampliou a compreensão da inclusão como princípio ético e social, reafirmando a necessidade de garantir recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas e práticas pedagógicas que respeitem as diferenças. Assim, a educação inclusiva passou de um ideal normativo para um compromisso político e pedagógico, orientando a construção de sistemas educacionais verdadeiramente democráticos e equitativos.

Esses marcos reforçaram o dever do Estado de promover condições equitativas de acesso, permanência e aprendizagem, articulando políticas intersetoriais, formação docente e eliminação de barreiras arquitetônicas, pedagógicas e comunicacionais. No contexto das instituições de ensino superior, o debate sobre acessibilidade e inclusão ganhou força especialmente a partir dos anos 2000, impulsionado pela expansão das universidades públicas e pela criação de programas de políticas afirmativas. Normas como o Decreto nº 5.296/2004 e a Lei nº 13.409/2016 (que incluiu pessoas com deficiência nas cotas de ingresso)





consolidaram o dever das universidades de eliminar barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais.

A implantação dos Núcleos de Acessibilidade, estimulada pelo Programa Incluir (MEC, 2005), tornou-se um marco na efetivação de políticas institucionais voltadas à permanência estudantil e à adaptação curricular. Atualmente, as instituições de ensino superior brasileiras enfrentam o desafio de transformar essas políticas em práticas contínuas e integradas, que garantam não apenas o acesso, mas a plena participação acadêmica e social de todos os estudantes. Pesquisas recentes apontam que, embora o número de estudantes com deficiência no ensino superior tenha crescido significativamente, ainda persistem lacunas na acessibilidade pedagógica e na formação docente voltada à inclusão (MANTOAN, 2015; JESUS; GARCIA, 2020).

As políticas de acessibilidade e inclusão na UFRRJ se constituem como desdobramento do regime jurídico nacional inaugurado pela Constituição de 1988 e detalhado por leis e decretos posteriores, que estabelecem a acessibilidade como dever institucional e condição para exercício de direitos (BRASIL, 2015). Ao longo da última década, a UFRRJ estruturou ações de caráter permanente voltadas ao acesso, à permanência e à participação de estudantes com deficiência. Um importante marco institucional foi a Deliberação nº 112/2012 do CEPE, que cria o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI/UFRRJ), o qual, orientado pelo PROGRAMA INCLUIR (MEC), é responsável por coordenar e articular ações de suporte pedagógico, tecnológico e comunicacional no âmbito da graduação (UFRRJ, 2012). Em 2019, a Portaria nº 19/PROGRAD instituiu a Comissão Permanente do NAI e a Portaria nº 33/PROGRAD designou um grupo de docentes e técnicos administrativos da UFRRJ para integrarem a Comissão de Apoio ao NAI.

Apesar dos avanços legais, muitas instituições de ensino superior no Brasil ainda enfrentam sérias dificuldades para concretizar na prática as políticas de acessibilidade e inclusão previstas em lei. Entre os principais desafios estão a infraestrutura física inadequada, espaços pouco adaptados e a falta de recursos tecnológicos assistivos (MARTINS; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2024; FONTENELE; CANTERO, 2023). No âmbito pedagógico, há lacunas na adaptação curricular, ausência de materiais didáticos acessíveis e práticas de ensino que não contemplam a diversidade dos perfis de aprendizagem e das necessidades específicas dos estudantes com deficiência (FONTENELE; CANTERO, 2023; LEONEL; LEONARDO; GARCIA, 2015). Além disso, a formação de docentes revela-se insuficiente tanto na formação inicial quanto na continuada: muitos professores relatam não ter sido preparados para atuar em contextos inclusivos; carecem de conhecimentos teóricos e práticos





sobre acessibilidade comunicacional, tecnológica e metodológica, o que acaba dificultando sua atuação efetiva nos processos de ensino e avaliação de aprendizagem inclusivos (FELICETTI; BATISTA, 2023; MARTINS; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2024).

Diante das questões apresentadas, é compreensível se afirmar que a combinação de esforços entre a implementação de políticas de acessibilidade e inclusão no âmbito da condução acadêmico-administrativa e a inserção dos aspectos didáticos e pedagógicos da acessibilidade e inclusão como pauta de formação de professores e cidadãos é imprescindível; não apenas para atender as exigências legais e garantir o acesso à formação profissional dessa classe social frágil, mas, também, para formar professores da educação básica com qualificação para o ensino diverso e inclusivo, assim como formar uma sociedade com senso de cidadania e equidade. Este trabalho objetivou apresentar o Projeto Institucional PIBID-UFRJ 2024-2026 (PIBID-UFRJ) como instância de contribuição para o avanço da Educação Inclusiva na formação de professores.

METODOLOGIA

O PIBID-UFRJ integra 648 discentes de licenciatura, 81 professores da educação básica (supervisores) e 27 docentes da UFRJ (coordenadores de área), que atuam em 19 subprojetos através de 22 cursos de licenciaturas: Campus Seropédica - Belas Artes, Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação do Campo, Educação Física, Filosofia, Física, Geografia, História, Letras-Português, Matemática, Pedagogia e Química; Campus Nova Iguaçu – Educação Especial, Geografia, História, Letras-Espanhol, Letras-Português, Matemática, Pedagogia e Turismo. As ações formativas são desenvolvidas em 49 escolas públicas de 10 diferentes municípios do estado do Rio de Janeiro (Seropédica, Nova Iguaçu, Três Rios, Itaguaí, Mesquita, Nilópolis, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro e Saquarema).

Para contextualização metodológica deste trabalho, serão abordados dois aspectos que viabilizam e caracterizam o PIBID-UFRJ como instância de contribuição para o avanço da Educação Inclusiva na formação de professores. O primeiro refere-se à consolidação das políticas internas da UFRJ no âmbito da acessibilidade e inclusão que dá suporte à atuação do PIBID-UFRJ na gestão administrativa e educacional. O segundo está relacionado à atuação pedagógica do PIBID-UFRJ enquanto objetivo de formação na Educação Especial e Inclusiva.





Políticas Institucionais de acessibilidade e inclusão da UFRRJ

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ (NAI-UFRRJ) é responsável por coordenar e articular ações de suporte pedagógico, tecnológico e comunicacional no âmbito da graduação (UFRRJ, 2012). Fortaleceu-se em 2020, quando o Conselho Universitário (CONSU) aprovou a Deliberação nº 269/2020, que instituiu diretrizes de acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência na UFRRJ, definindo obrigações administrativas, pedagógicas e de serviços, bem como a formalização do papel do NAI na execução e na orientação das práticas institucionais (UFRRJ, 2020).

Como resultado, em 2021, a UFRRJ lançou o Plano de Acessibilidade 2021-2025 (<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/11/PLANO-DE-ACESSIBILIDADE-DA-UFRRJ-OK.pdf>), documento programático que operacionaliza as diretrizes institucionais em eixos específicos (arquitetônico, tecnológico, metodológico/pedagógico, comunicacional e atitudinal), estabelecendo metas e cronogramas de execução; e o Manual de Acessibilidade de Pessoas com Deficiência na Educação Superior na Perspectiva do Desenho Universal (<https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-Desenho-Universal-Aplicado-%C3%A0-Aprendizagem-na-Educa%C3%A7%C3%A3o-Superior-final-okok.pdf>).

É importante destacar que as ações administrativas da UFRRJ para o desenvolvimento e execução das políticas de acessibilidade e inclusão contam com o apoio de docentes e técnicos-administrativos vinculados ao Curso de Graduação em Educação Especial, além de operacionalizações setoriais integradas de sua administração central, que somam diretivas para promover suporte estrutural e pedagógico às questões da educação especial e inclusiva, como a contratação de profissionais técnicos terceirizados de Tradutor/Intérprete de Libras (TILS), elaboração e execução do projeto de obra das rotas acessíveis previstas no Plano de Acessibilidade, concessão do Auxílio Acessibilidade voltado para estudantes com deficiências, concessão de bolsas de apoio técnico destinadas ao apoio pedagógico a estudantes com deficiência, implementação da Comissão Multiprofissional de Ingresso, responsável por avaliar a comprovação da deficiência declarada pelos estudantes selecionados por cotas institucionais, entre outras ações (UFRRJ, 2024).

Dado o fortalecimento das políticas de acessibilidade e inclusão na UFRRJ, em consonância e viabilidade para execução de ações afirmativas, o PIBID-UFRRJ implementou os seus primeiros editais com previsão de cotas institucionais para pessoas com deficiências, tanto para a seleção de discentes de licenciatura quanto para seleção de professores da educação básica. A elaboração e execução desses editais foram viabilizadas em decorrência





da parceria e suporte promovidos pelo NAI-UFRRJ. Para isso, cada edital passou a ter um *caput* intitulado “DA RESERVA DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”.

Esses editais se basearam em três eixos principais para garantir a execução legal e coordenada das ações afirmativas em acessibilidade e inclusão: 1- definição de cotas para discentes de licenciatura e professores da educação básica com deficiência (considerando o Decreto Nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015); 2- viabilização pedagógica para execução dos editais a partir da indicação de necessidades especiais indicadas pelos candidatos; e 3- análise e validação das deficiências declaradas pelos candidatos no ato da inscrição nos processos de seleção.

No caso dos discentes de licenciatura, para cada edital de seleção do PIBID-UFRRJ foi reservada uma vaga por curso à Pessoa com Deficiência (PcD). Em relação aos editais voltados para os professores da educação básica, a cota foi de uma vaga reservada à Pessoa com Deficiência (PcD) por subprojeto. Para concorrência às vagas reservadas, os candidatos realizaram a autodeclaração de enquadramento na categoria PcD, com apresentação, no ato da inscrição, de laudo médico original assinado por médico especialista na área da deficiência informada, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência. Como etapas de verificação e de validação de candidatos inscritos em vagas reservadas às pessoas com deficiência foram previstas a análise da documentação mínima exigida, entrevista com membros de Comissão Multidisciplinar e, quando necessário, avaliação presencial com Comissão Multidisciplinar designada pela Pró-Reitoria de Graduação.

Os candidatos discentes que possuíam ingresso nos cursos de graduação da UFRRJ por vagas reservadas às pessoas com deficiência não foram submetidos a análises adicionais, assim como os candidatos professores que declararam deficiência e haviam ingressado no serviço público por ocupação de vaga reservada às pessoas com deficiências. Para fins de realização da entrevista como etapa pedagógica do processo de seleção, o(a) candidato(a) deveria, no ato da inscrição, solicitar condições especiais de apoio para execução pedagógica, como intérprete de LIBRAS ou outro tipo de suporte, conforme a deficiência indicada.

PIBID-UFRRJ enquanto objetivo de formação na Educação Especial e Inclusiva

No que se refere à abordagem formativa do PIBID-UFRRJ, um dos seus objetivos é “Expandir os esforços pedagógicos em direção à educação inclusiva”, de execução transversal a todos os subprojetos que o integram. Assim, considerando suas etapas e categorias de condução metodológica, o PIBID-UFRRJ estabeleceu como diretriz comum aos seus subprojetos o desenvolvimento de ações formativas e de sensibilização em torno das





temáticas de inclusão e acessibilidade, considerando as dimensões técnicas, culturais, políticas e sociais, em toda a sua complexidade. Adicionalmente às atividades intrínsecas à metodologia pedagógica do projeto, o objetivo relacionado à educação inclusiva direcionou para a participação e organização de eventos e atividades formativas, como palestras, oficinas, mostras científicas e culturais e exposição de produtos e materiais didáticos.

O suporte para a execução desse objetivo pedagógico se deu através do envolvimento colaborativo do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ; da aprovação de quatro núcleos vinculados ao Subprojeto Educação Especial Inclusiva, do Curso de Licenciatura em Educação Especial; e das experiências coletivas de docentes da Universidade e das Escolas-Campo em suas ações de ensino voltadas às práticas de educação inclusiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas Institucionais de acessibilidade e inclusão da UFRRJ

Como resultado da consolidação das políticas no âmbito da acessibilidade e inclusão para discentes da educação especial, atualmente, a UFRRJ possui cerca de 200 estudantes caracterizados como PcD em cursos de graduação; além de alguns casos que estão em processo de verificação de enquadramento pela banca de análise. Destaca-se a importância da atuação do NAI-UFRRJ como instância instrutora e executora das políticas de acesso e diretrizes pedagógicas institucionais. Os núcleos de acessibilidade, quando institucionalizados e minimamente estruturados, tornam-se mediadores centrais entre estudantes, cursos e gestão, favorecendo adaptações pedagógicas, uso de tecnologia assistiva e ações de permanência (PARENTI; D'AGOSTINI, 2024; BRUGNERA et al., 2025).

Comparado ao cenário nacional, esse número se mostra coerente ao padrão brasileiro. O Censo da Educação Superior 2023 registrou pouco mais de 90 mil estudantes com deficiência matriculados na graduação, o que corresponde a aproximadamente 0,9% do total de matrículas no País (INEP, 2024). Em uma universidade como a UFRRJ, que possui cerca de 18.000 alunos de graduação, um contingente em torno de 200 estudantes tende a representar mais que 1% do corpo discente, situando-a em um patamar compatível com a média nacional de participação de pessoas com deficiência no ensino superior (YNGAUNIS, 2024).

No entanto, a média nacional expressa uma sub-representação significativa. Estudos de mapeamento das políticas de inclusão e de análise da efetividade do direito à educação inclusiva no ensino superior apontam que o ingresso de estudantes com deficiência permanece





baixo, sendo a consolidação desse direito limitada, sobretudo, pela insuficiência de acessibilidade pedagógica, arquitetônica, comunicacional e atitudinal (OLIVEIRA et al., 2022; BRUGNERA et al., 2025; FABRÍCIO; RIBEIRO, 2023).

No que se refere aos resultados da implementação de editais com reservas de vagas para inclusão de pessoas com deficiência no PIBID, 19 discentes realizaram inscrição de candidatura para ingresso no Programa com indicação de algum tipo de deficiência. Desses, 10 ocuparam vagas para atuação como bolsistas de iniciação à docência, sendo institucionalmente reconhecidos como público-alvo das políticas de inclusão da UFRRJ. Esse valor representa 5% do universo populacional de alunos com deficiência formalmente cadastrados junto ao NAI-UFRRJ. No que se refere ao número total de vagas para discentes no PIBID-UFRRJ (648), o número de vagas ocupadas por discentes com deficiência representou 1,54%.

Considerando o padrão nacional de representatividade de acesso ao ensino superior pelas pessoas com deficiência (0,9%), o PIBID-UFRRJ traz contribuições expressivas em direção à educação inclusiva quando o acesso por pessoas com deficiência é de 1,54% do seu universo de atuação estudantil. Essa leitura é corroborada por pesquisas que indicam que estudantes com deficiência em cursos de licenciaturas constituem um grupo minoritário. Mas apesar de enfrentarem barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, constroem trajetórias de resistência e ressignificação do ser-professor, reivindicando-se como sujeitos potentes para uma escola mais inclusiva (VILARONGA; MENDONÇA, 2025; SOUZA, 2024).

O fato de 5% dos estudantes PcD cadastrados na UFRRJ estarem vinculados ao PIBID-UFRRJ não é trivial: em um contexto em que a presença de PcD na educação superior e, mais especificamente, na licenciatura ainda é minoritária, esse percentual sugere que as reservas de vagas para PcD nos editais do PIBID têm funcionado como um dispositivo adicional de democratização interna, abrindo espaço para que sujeitos historicamente excluídos ocupem lugares na formação docente. O PIBID é estratégico de formação inicial, inclusive para problematizar a escolarização de estudantes público-alvo da educação especial na educação básica; caracterizando-se como espaço de sensibilização e experimentação de práticas inclusivas (GUADAGNINI, 2017).

Importa mencionar que os percentuais apresentados se referem aos estudantes com deficiência cuja condição foi formalmente reconhecida pela UFRRJ. Caso as autodeclarações sem condições confirmadas fossem validadas, os indicadores de representatividade tenderiam a se aproximar do dobro dos valores atuais. Essa tensão entre autodeclaração e





reconhecimento formal é discutida na literatura que problematiza a dependência da autodeclaração e da apresentação de laudos para o mapeamento do público-alvo da educação especial no ensino superior, apontando fragilidades e invisibilização de parte significativa desses estudantes (MARTINS et al., 2018; ROCHA et. al, 2022).

No que se refere aos professores da educação básica, dos 81 supervisores atuantes no PIBID-UFRRJ, nenhum foi selecionado por reserva de vagas à pessoa com deficiência. Apenas três inscrições foram realizadas por professores autodeclarados pcd; no entanto, uma vez que não houve comprovação documental, não puderam ser consideradas. Contextualizado no cenário nacional, esse resultado se torna mais compreensível e, ao mesmo tempo, preocupante. Estudos baseados no Censo Escolar e no Censo da Educação Superior mostram que professores com deficiência são uma minoria ínfima no magistério: cerca de 0,35% dos docentes da educação básica e 0,43–0,5% dos docentes do ensino superior (INSTITUTO RODRIGO MENDES, 2023; DELFINO, 2024).

Nesse contexto, não é surpreendente que um programa como o PIBID-UFRRJ encontre uma base muito reduzida de potenciais supervisores PcD nas redes parceiras; por outro lado, isso evidencia como a exclusão das pessoas com deficiência ao longo da trajetória escolar e profissional repercute diretamente na composição dos quadros docentes. É uma realidade associada à baixa representatividade alunos pcd nos cursos de licenciatura.

PIBID-UFRRJ enquanto objetivo de formação na Educação Especial e Inclusiva

O Projeto Institucional PIBID-UFRRJ integrou em sua proposta pedagógica 04 núcleos formativos vinculados ao Subprojeto Educação Especial e Inclusiva, do Curso de Graduação em Educação Especial. Esse subprojeto reúne 96 pibidianos (discentes licenciandos), 12 supervisores (professores da educação básica) e 04 coordenadores de área (docentes da universidade). Além do desenvolvimento formativo em educação especial voltado para os integrantes desse subprojeto, esse grupo atuou como apoio às práticas didático-pedagógicas transversais para o alcance do objetivo de “Expandir os esforços pedagógicos em direção à educação inclusiva”.

Nesse sentido, o PIBID-UFRRJ trabalhou com a inserção de demandas de acessibilidade e inclusão no planejamento de suas atividades didático-pedagógicas, promovendo a construção de relações sistemáticas e profissionais com a docência através da vivência na sala de aula. Além disso, trouxe os aspectos da educação inclusiva para o campo da socialização de reflexões, de inovações pedagógicas e de aprendizagens entre pibidianos, supervisores e coordenadores de área através do Fórum PIBID-UFRRJ.





A literatura tem evidenciado que grupos especializados em educação especial e inclusiva, a exemplo de grupos de estudos e pesquisa, constituem-se como espaços privilegiados de profissionalização docente na perspectiva inclusiva, particularmente na formação inicial. Em investigações com licenciandos, esses grupos têm se mostrado potentes para o aprofundamento teórico, ressignificação de concepções sobre deficiência e diferença, e para a construção de um compromisso ético-político com a escolarização de todos, sendo reconhecidos pelos próprios estudantes como dimensão constitutiva de sua identidade profissional em formação (SOARES; NASCIMENTO; FALCÃO, 2023).

Do ponto de vista institucional, os núcleos de acessibilidade e inclusão têm função formativa com responsabilidade de articular ações de formação de professores, indo além de um caráter assistencialista centrado apenas no atendimento ao estudante público-alvo da educação especial. Estudos em universidades brasileiras reforçam esse entendimento ao apontar esses núcleos como instâncias responsáveis pela oferta de formações e assessorias que respondem às demandas docentes frente à inclusão, contribuindo para a revisão de práticas pedagógicas e para a construção de saberes profissionais específicos (OLIVEIRA et al., 2024).

Nesse sentido, evidencia-se a contribuição do PIBID-UFRRJ para o fortalecimento das políticas de formação docente em educação especial, através da integração do Curso de Educação Especial e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão às práticas formativas e de gestão do Projeto Institucional, com o estabelecimento de diretrizes transversais que orientaram e viabilizaram a execução de ações nas diferentes áreas de conhecimento representadas pelos subprojetos que compõem o PIBID-UFRRJ.

Um exemplo prático foi a realização do curso de “Avaliação da Aprendizagem Acessível”, ofertado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, ministrados por docentes do Curso de Educação Especial vinculados ao PIBID-UFRRJ. Esse curso representou formação continuada para docentes da UFRRJ, com desenvolvimento de saberes e habilidades que puderam ser compartilhados e aplicados nas ações formativas dos subprojetos do PIBID-UFRRJ, contribuindo para a formação inicial e para a formação continuada dos licenciandos e dos professores das escolas-campo, respectivamente. Essa dinâmica converge com estudos que apontam o PIBID como espaço privilegiado de aproximação entre teoria e prática, iniciação à docência e desenvolvimento profissional docente, especialmente quando orientado à construção de práticas inclusivas no cotidiano escolar (DUARTE; CAMPOS; VILARONGA, 2014; GOMES; SIRIGATTI, 2017; MARTINS; SANTOS, 2020).





Outro exemplo se refere ao desenvolvimento de materiais didáticos inclusivos e acessíveis para viabilização dos processos de ensino e aprendizagem nas escolas. Além do caráter formativo para desenvolvimento pedagógico e de habilidades para confecção de recursos didáticos, essa prática também teve o objetivo de acompanhamento assistivo quando havia alunos com deficiência nas turmas escolares de atuação do PIBID-UFRRJ.

As práticas educacionais e formativas no âmbito da educação especial e inclusiva compuseram programação dos dois principais eventos de extensão da UFRRJ: a Semana Rural e a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, realizados no primeiro e segundo semestres de 2025, respectivamente. Foram realizadas palestras, oficinas, mostras científicas e culturais e exposição de produtos e materiais didáticos. Cabe destaque para o “I Simpósio PIBID UFRRJ”, realizado no Campus Seropédica e no Campus Nova Iguaçu da UFRRJ, nos dias 22 e 23 de outubro de 2025. Foram 684 participantes entre discentes de graduação, professores da UFRRJ e professores da rede básica de ensino que se reuniram para apresentar, discutir e socializar saberes e ações sobre práticas pedagógicas em educação especial e inclusiva para formação de professores.

A produção de materiais didáticos inclusivos e acessíveis, aliada à realização de eventos de extensão, indica que o Programa extrapola o âmbito dos subprojetos e fomenta uma cultura institucional de discussão formativa integrada. A literatura destaca que a elaboração de recursos adaptados é componente central da formação docente para o atendimento de estudantes com necessidades educacionais especiais, por aproximar o currículo das diferentes formas de aprender e favorecer a participação de todos (STELLA; MASSABNI, 2019). Quando essas práticas são socializadas em eventos acadêmico-científicos, ampliam-se as oportunidades de reflexão, planejamento colaborativo e difusão de experiências na rede básica, o que reforça o PIBID como política estruturante de formação inicial e continuada em educação especial e inclusiva (DUARTE; CAMPOS; VILARONGA, 2014; MARTINS; SANTOS, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A UFRRJ constitui uma trajetória normativa compatível com o arcabouço jurídico nacional, consolidada pela institucionalização do NAI e por diretrizes e planejamento plurianual que projetam a acessibilidade como política de caráter estrutural, e não episódico.

O PIBID-UFRRJ tem contribuído de modo consistente para a consolidação de uma cultura institucional de formação docente em educação especial e inclusiva, em articulação





com o NAI-UFRRJ e o Curso de Educação Especial. A reserva de vagas e a participação de estudantes com deficiência em **núcleos formativos**, ações pedagógicas e eventos de extensão revelam avanços na democratização do acesso e na qualificação da formação inicial, ainda que persistam desafios. Nesse cenário, as experiências relatadas reforçam o potencial do Programa como espaço de aproximação entre teoria e prática, de reflexão crítica sobre a inclusão e de fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade, apontando para a importância de sua continuidade e ampliação.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES, pela viabilização do PIBID. Ao ForPIBID pela luta e assistência contínua para permanência e qualidade desse Programa. À UFRRJ e sua Pró-Reitoria de Graduação, pelo suporte participativo nas ações do PIBID-UFRRJ. Ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFRRJ, por sua parceria colaborativa. Ao Curso de Educação Especial pela integração ao PIBID UFRRJ e a todos os outros cursos que compõem o Projeto Institucional; à Profa. Marcia Pletsche, pela trajetória de conquistas que situa a UFRRJ em lugar de referência na Educação Especial e Inclusiva; e à Profa. Andressa Esteves, Coordenadora de Área de Gestão de Projetos Educacionais do PIBID-UFRRJ, pelo trabalho conjunto e valiosas contribuições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 dez. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior. Brasília, DF: MEC/SESu, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/programa-incluir>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.





BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711/2012 para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos e superiores das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRUGNERA, E. D. et al. Acessibilidade no ensino superior: desafios e políticas para inclusão. **A Missioneira**, v. 27, n. 2, 2025.

DELFINO, T. S. Ser professor da rede municipal de São Paulo: trajetórias de docentes com deficiência. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

DUARTE, M.; CAMPOS, J. A. P. P.; VILARONGA, C. A. R. Experiências do PIBID da licenciatura em educação especial da UFSCar. **Polyphonía**, Goiânia, v. 25, n. 1, jan./jun. 2014.

FABRÍCIO, R. C.; RIBEIRO, I. P. A efetividade do direito à educação inclusiva no ensino superior. **Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas**, v. 39, n. 2, 2023.

FELICETTI, S. A.; BATISTA, I. de L. A formação de professores para a educação inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 12, n. 24, 2023.

FONTENELE, R. de B.; CANTERO, A. M. M. Políticas públicas e práticas pedagógicas na educação inclusiva: desafios e lacunas na implementação no Brasil. **FINOM – Humanidades & Tecnologia**, 2023.

GUADAGNINI, L. O PIBID no atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual. **Ensino & Pesquisa**, v. 15, n. 1, 2017.

GOMES, C.; SIRIGATTI, C. R. A. O PIBID e a formação na perspectiva inclusiva: desafios, dilemas e possibilidades para a formação e atuação docente. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 9, n. 19, p. 538–556, set./dez. 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2022: pessoas com deficiência e pessoas diagnosticadas com TEA – resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

INEP. Censo da Educação Superior 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. Professores com deficiência na educação básica: aprendizados de uma presença que faz diferença na escola. **Diversa**, São Paulo, 6 nov. 2023. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/professores-com-deficiencia-na-educacao-basica/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

JESUS, D.; GARCIA, R. Acessibilidade e permanência de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 1, p. 1–19, 2020.





LEONEL, W. H. S.; LEONARDO, N. S. T.; GARCIA, R. A. B. Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. esp. 1, p. 661–672, 2015.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 2. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

MARTINS, E. R.; SANTOS, G. C. S. O Pibid e a formação inicial de professores: contribuições à prática educativa inclusiva. **Série-Estudos – Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, Campo Grande, v. 25, n. 55, set./dez. 2020.

MARTINS, S. E. S. O.; SANTOS, D. B.; OLIVEIRA, D. B. Inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai. **Journal of Research in Special Educational Needs / Educação em Perspectiva**, 2018.

MARTINS, S. E. S. O.; OLIVEIRA, A. L.; OLIVEIRA, D. C. Barreiras de acessibilidade enfrentadas por estudantes em situação de deficiência no ensino superior: estudo de revisão sistemática. **Práticas em Gestão Pública Universitária**, UNESP, 2024.

OLIVEIRA, A. R. de P. E.; SILVA, T. R.; ROSSIERI, R.; CAMPOS, R. A. Educação inclusiva no ensino superior: demandas formativas dos docentes da Universidade Estadual do Norte Paraná (UENP) – Campus Jacarezinho. **Revista Aracê**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 4, p. 18002–18016, 2024. DOI: 10.56238/arev6n4-407.

OLIVEIRA, M. A. S. et al. O cenário atual das políticas de inclusão na educação superior brasileira: realidades e perspectivas. **Práxis Pedagógica**, v. 8, n. 9, 2022.

PARENTI, V. C.; D'AGOSTINI, C. L. A. F. Inclusão no ensino superior: o papel dos núcleos de acessibilidade e inclusão no Brasil. **Revista FT**, v. 29, n. 140, 2024.

ROCHA, L. R. M.; LACERDA, C. B. F.; LIZZI, E. A. S. Perfil dos estudantes público-alvo da educação especial na educação superior brasileira antes da Lei de Reserva de Vagas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49, p. 1–25, 2022.

SOARES, A. C. S.; NASCIMENTO, R. M. do; FALCÃO, G. M. B. Formação inicial de professores e grupo de estudos: concepções de acadêmicos para uma educação inclusiva. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 27, n. esp. 1, e023012, 2023. DOI: 10.22633/rpge.v27iesp.1.17931.

SOUZA, E. V. de. Sentidos sobre a formação inicial da UECE/FECLI: o que dizem licenciandos com deficiência? 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – UECE, Fortaleza, 2024.

STELLA, L. F.; MASSABNI, V. G. Ensino de Ciências Biológicas: materiais didáticos para alunos com necessidades educativas especiais. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 353–374, jun. 2019.

UFRRJ. Deliberação nº 112/2012 — Criação do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Seropédica, 12 jun. 2012.





UFRRJ. Deliberação nº 269/2020 — Diretrizes sobre Acessibilidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência. Conselho Universitário, Seropédica, 30 nov. 2020.

UFRRJ. Relatório de gestão 2024. Seropédica: UFRRJ, 2024. Disponível em: https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2025/05/RELATORIO-DE-GESTAO_2024_V1.pdf. Acesso em: 18 out. 2025.

VILARONGA, C. A. R.; MENDONÇA, C. A. S. Narrativas amazônicas: histórias de licenciandos com deficiência em tempos de pandemia. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 11, e025018, 2025.

YNGAUNIS, S. Aumento de alunos com deficiência no ensino superior. **Talento Incluir**, 2024.

